

ACTA Nº 01/2007

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DOIS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E SETE. -----

Aos dois dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Fevereiro, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Autorizar a Câmara Municipal a participar na sociedade anónima a constituir de acordo com a deliberação de 06/12/06 da Assembleia Municipal, e aprovar as condições dessa participação, nos termos previstos na al. m) do nº. 2, do artº. 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Ponto 2 - Apreciação e votação para emissão de Certidão de Declaração de Interesse Público para desafectação da área de REN, necessária à construção do Lar do Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação; -----

Ponto 3 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 28/11/06 a 29/01/07. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA. -----

Presidiu à reunião, o primeiro Secretário, Carlos Sarabando, sendo secretariada pelo segundo secretário, Dinis Gandarinho na qualidade de primeiro secretário e pelo membro Fernando Nascimento na qualidade de segundo secretário. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Faltou o Vereador Marcos Ré, visto se encontrar ausente em serviço. -----

FALTAS -----

António Neves Vieira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de saúde com internamento hospitalar. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, David Louro. -- David Louro, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. ----- Hugo Coelho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos de saúde. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Castanheira. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: Maria de Fátima Bola, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, Pedro Tróia, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Josué Teixeira, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Cláudia Santos, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Manuel Castanheira, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. A reunião teve início às 21H30. -----

ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: -----

Foram presentes as seguintes actas para aprovação: -----

Acta n.º 10/2006: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

Acta n.º 11/2006: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Pedro Tróia e Cláudia Santos, em virtude de não terem estado presentes. -----

De seguida, o membro da CDU apresentou à Mesa três moções, que abaixo se transcrevem: -----

1º. MOÇÃO: "A Ria de Aveiro, braço de Mar deste nosso Concelho que tem o Mar por Tradição, foi para nós ilhavenses, a força da vida. Cantada por tantos de nós, correu mundo através do belíssimo poema do Professor Guilhermino Ramalheira, mais tarde transformado nessa belíssima Canção de Ílhavo, que tantas lágrimas de saudade têm provocado. -----

Hoje, por força da má vontade de alguns homens, a nossa Ria transformou-se, aos poucos, num autêntico pesadelo. São as licenças para a pesca desportiva, é a proibição da pesca lúdica nos mais diversos locais. -----

E como se tudo isso não bastasse, são as novas taxas de ocupação que consideramos um desafio ao Povo da Ria. -----

Considerando tudo isto, propomos: -----
-Que a Assembleia Municipal, faça chegar às autoridades que superintendem a Ria o seu protesto por tais decisões, ficando a aguardar um recuo substancial nos valores aplicados. -----

Ílhavo, 2 de Fevereiro de 2007 -----
O Deputado do P.C.P. -----
As.) José Alberto Ramos Loureiro". -----

2º. MOÇÃO: "Nos passados dias 26, 27 e 28 de Janeiro, no Pavilhão Capitão Adriano Nordeste, o Grupo Desportivo da Gafanha, voltou a sagra-se campeão distrital de juniores femininos, em basquetebol. Mais um título! -----

A prova do extraordinário trabalho que o Grupo Desportivo da Gafanha vem realizando há largos anos. -----
Mas mais do que os títulos, que aliás são importantes, não podemos esquecer o grande número de atletas que, dia a dia, vêm praticando tão belo desporto, muitas vezes evitando o seu desvio para situações pouco recomendáveis. -----

É assim que propomos a aprovação de um voto de louvor e de agradecimento ao Grupo Desportivo da Gafanha e em especial a sua Secção de Basquetebol. -----

Ílhavo, 2 de Fevereiro de 2007 -----
O Deputado do P.C.P. -----
As.) José Alberto Ramos Loureiro". -----

3º. MOÇÃO: "No passado dia 29 de Janeiro, iniciou a actividade o novo posto/quartel da G.N.R da Gafanha da Nazaré. -----

Na esperança de que esta nova situação possa, com as novas condições de trabalho, minorar a delinquência, de que tantas vezes nos queixamos, não queremos deixar de nos congratular e desejar as maiores felicidades a todos aqueles que aqui vierem a exercer as suas funções. -----

Ílhavo, 2 de Fevereiro, de 2007 -----
O Deputado do PCP -----
As.) José Alberto Ramos Loureiro". -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para intervir: -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Indica que a matéria referida na 1.ª Moção não deve ser matéria de discussão, mas sim de prepositura para ponto da Ordem do Dia. Assim, preparará o dossier sobre esta matéria, informando que há um pedido de explicações formais apresentado ao Governo pela ANMP, do qual tem havido dificuldade em obter resposta, conforme despacho de 14/12/06 sobre a matéria. -----

Esclarece que estas matérias não podem ser alvo de moção, mas sim de ponto de ordem do dia, porque carecem de análise legislativa e de estudo de dossiers. Aguardando resposta do Governo ao pedido de esclarecimento de várias associações da Ria de Aveiro, nomeadamente a AMRIA, que é presidida por Ílhavo, será importante ter um ponto de discussão sobre a matéria de gestão da Ria de Aveiro e taxas, de forma a que os membros possam aprofundar o estudo técnico-legal e financeiro para haver uma discussão com conhecimento de causa e não uma moção com informações desajustadas perante o referido despacho. -----

Foi decidido pela Assembleia Municipal transformar a 1º.Moção em ponto da Ordem do Dia na próxima sessão ordinária, discutir o assunto da 3º. Moção no Período Antes da Ordem do Dia e submeter a 2º.Moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

MANUEL SERRA: Começa por dizer que a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e a sua população, congratulam-se com a entrada em funcionamento do novo posto de G.N.R. Recorda que resultou de uma luta iniciada há mais de 20 anos, no entanto lamenta que, se não tivessem sido reunidas condições para que todos pudessem, em conjunto com as instituições representativas e com os próprios militares, assinalar a data como uma das marcas mais importantes para a cidade. -----

Comenta que a luta não foi em vão, porque aos militares da referida unidade, que usufruem de condições de trabalho dignas e de grande qualidade, lhes é exigido pela população todo o acompanhamento, apoio e segurança. -----

Reconhece e agradece à CMI, todo o trabalho desenvolvido em prol do referido equipamento, cuja entrada em funcionamento é um marco histórico para a Gafanha da Nazaré e o Concelho de Ílhavo. -----

FÁTIMA BOLA: Relembra que na semana seguinte decorrerá um referendo, destacando a responsabilidade cívica de todos, enquanto autarcas, enquanto cidadãos e enquanto decisores individuais sobre uma ética. -

HUMBERTO ROCHA: Solicita esclarecimentos sobre a previsão de inauguração do Posto da GNR da Gafanha da Nazaré antes do Natal de 2006 e tendo-se agora verificado que o mesmo se encontra em pleno funcionamento, sem ter ocorrido qualquer anúncio ou inauguração oficial. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Questiona, se após a sua última intervenção na Assembleia Municipal houve alguma intervenção no Parque de Campismo da Barra, visto que soube ter havido, no decorrer da semana, corte de alguns pinheiros, comentando que o pulmão da Barra está a desaparecer. Sugere que sejam convidadas associações, tais como escuteiros para o replantar de pinheiros. -----

Constata que é notório o aumento de segurança da Costa Nova, nomeadamente aos fins-de-semana, devido à contínua intervenção das forças policiais, permitindo o fim da anarquia instalada. Perguntou se já fora enviada a acta que aborda esta matéria ao Ministro responsável. -----

Lamenta que tenha de ser o PS a chamar à atenção e intervir em casos directamente relacionados com a população, justificando com a inexistência de diálogo entre o Presidente da Câmara e as entidades competentes, dando como exemplo a não informação da mudança da GNR para o novo Quartel, pergunta se haverá inauguração. -----

Pede para ser esclarecido sobre qual a situação da zona da Garganta do Amador, saneamento na Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo e do P.D.M, visto já terem passaram 10 anos da sua aprovação sem qualquer revisão ocorrida, qual é a situação dos Planos de Pormenor da Gafanha da Encarnação. -----

JOSE LOUREIRO: Apresenta as seguintes questões: Para quando a aprovação da Carta Educativa do Concelho?; Será construído um novo edifício na parte poente do Centro Cultural de Ílhavo, com a inclusão de 6 lojas?; Para quando as obras na chamada "Garganta do Amador"? e Qual a função da EMER?. -----
Finaliza, comentando que efectuou no Gapel um pedido, enquanto autarca, e do qual continua a aguardar resposta. -----

EDUARDO FERREIRA: Sabendo que nem todas as valências estão em pleno funcionamento, questiona qual a situação dos prolongamentos do 1º ciclo, nomeadamente as expressões plásticas e informática. Comenta que, embora possa considerar política e moralmente incorrecta o governo PS da Nação propor e impor diversas valências recreativas e culturais para um melhoramento contínuo da capacidade e personalidade das crianças, não participando financeiramente para compensar os diversos custos das Câmaras Municipais, entende que a Câmara deveria assumir publicamente que não tem capacidade financeira para todas as valências extracurriculares, definindo publicamente prioridades. -----

Refere que a Comissão de Trânsito foi criada para estudar os problemas do trânsito no Concelho e definir alternativas. Dando como exemplo o continuado caos do trânsito na Avenida Central da Gafanha da Nazaré, pergunta quais as soluções propostas pela comissão. -----

Afim de haver um contínuo melhoramento da imagem do Concelho, propõe a criação de uma Polícia Municipal, que mostrasse segurança nas ruas e sobretudo no policiamento dos bens públicos. É sua opinião que o custo da Polícia Municipal minorava o que se paga na conservação e reparação desses mesmos bens aquando da sua vandalização. Assim, diz que para uma cidade projectada para o futuro, se deve pensar na segurança de pessoas e bens. -----

De seguida, tece alguns comentários dirigidos aos que formam a maioria política do Concelho, fazendo uma alusão à história do espelho mágico, que responde às diversas questões que lhe são colocadas, nomeadamente na caracterização do Concelho, ao referir que o mesmo se encontra num estado lastimável, que o saneamento básico do Concelho como um todo é uma miragem, que as margens da ria estão degradadas, que as praias fluviais não existem, que parte da margem da ria na Gafanha de Aquém está a construir palafitas para as suas embarcações piscatórias, que os acessos de ligação aos novos troços para a A17 são notícia em jornal pelos piores motivos, que o Concelho recebeu a medalha de prata de mobilidade quando os passeios da Avenida Mário Sacramento se encontram degradados com o

levantamento da calçada à portuguesa, que os soldados da paz continuam com a promessa continuada do novo quartel, que muitas vias de comunicação não têm luz nocturna ou ela é muito deficiente, que o parque industrial não tem saneamento, que as associações comerciais do município são abandonadas em favor de outras, entre outras. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----1ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Inicia a sua intervenção tecendo alguns comentários relacionados com o Quartel da GNR da Gafanha da Nazaré, associando-se ao que foi referido pelo Presidente de Junta, Manuel Serra, informando que os mesmos estão escritos numa nota pública. -----

Respondendo ao membro Humberto Rocha, comenta que a Câmara Municipal acompanha o desenvolvimento de todas as obras do Concelho, isto é, aquelas que são suas, como também as pertencentes a outras entidades, nomeadamente do Governo. O decorrer do processo é normal, destacando o apoio dado na construção dos projectos, aquisição de terrenos, desenvolvimento da obra e obviamente à activação e ou, inauguração das obras. -----

Refere que o bizarro em todo este processo foi o Sub-Secretário de Estado, aquando de uma visita em Julho, dizer, em forma de piada, à imprensa que o Presidente da Câmara andava muito preocupado, pois queria saber o dia exacto da abertura ou inauguração do quartel. Comenta que é uma deselegância mandar piadas a quem não está presente, justificando que se encontrava ausente no estrangeiro e o Vice-Presidente da Câmara de férias, e por isso foi o Vereador, Eng.º Paulo Costa quem representou a Câmara. Refere ainda que, o que tem piada na deselegância de quem tentou ter graça, foi que o Natal passou e o quartel não foi activado, não havendo problema nenhum em definir qualquer data que fosse para a sua activação, visto que num processo tão demoroso qualquer data seria boa. -----

Explicita que a piada do Sr. Secretário de Estado virou-se contra ele próprio, na medida em que aquando de uma conferência de imprensa da Câmara na segunda-feira, responde aos jornalistas que nada sabia sobre a activação do Quartel da GNR, pois recentemente tinha colocado a mesma questão ao Ministério da Administração Interna, que nada de novo tinham a comunicar. Na Quarta-feira seguinte, de manhã, um munícipe e autarca, que tinha assuntos a tratar no quartel da GNR, verificou através de um papel manuscrito pendurado na porta, que o serviço que presta serviço aos cidadãos tinha mudado de instalações. Assim, e através de contacto telefónico do munícipe e autarca, é que o Presidente da Câmara e da Junta de Freguesia tomaram conhecimento da situação. Estranhando a situação bizarra, informaram-se de que não tinha havido qualquer nota de imprensa, nota oficial ou telefonema para o Presidente da Junta ou Presidente da Câmara. -----

Contactado o Ministério da Administração Interna, a Câmara foi informada, através do adjunto do Ministro, que dada a situação bizarra iria emitir no dia seguinte uma nota pública, do qual destaca dois pontos: o ineditismo da forma como se abre um quartel e a congratulação pela obra se encontrar finalizada. Nesta sequência de factos, relata a situação estranha de tornado público o comunicado numa Quinta-Feira, dia um de Fevereiro, o Ministério da Administração Interna, dia dois de Fevereiro, imite um comunicado a informar conclusão do quartel no dia nove de Dezembro e que há uma orientação genérica do Governo, em que os quartéis são para activar logo que estejam prontos, como também, citando "A Brigada Territorial Nº 5 notificou, através de ofício datado de 31JAN07, diversas entidades, entre as quais, a Câmara Municipal de Ílhavo. Apesar do Posto Territorial da Gafanha estar a funcionar com ligação telefónica e informática desde as 17H00 do dia 29 de Janeiro, só no dia 31 de Janeiro foram concluídas as arrumações de mobiliário, e equipamento de trabalho". O posto abriu ao público na Terça-feira, dia 30 de Janeiro, embora a mudança se tenha dado como finalizada no dia 20, Segunda- feira. -----

Destaca a caricata situação, em que o ofício datado de 31 de Janeiro chega à Câmara Municipal, Junta de Freguesia e outras Entidades, no dia de hoje, dois de Fevereiro, tendo o mesmo sido enviado por correio, conforme original do envelope, às 22H00, do dia 01 de Fevereiro. Como esclarecimento desta situação, informa os membros, que no decorrer do dia em curso foi emitido uma nota de imprensa.

Refere que, há questões mínimas de cordialidade institucional e respeitabilidade, de consideração à população, visto que a Câmara Municipal de Ílhavo durante muitos anos, deu e entregou graciosamente os terrenos ao Ministério da Administração Interna. -----

Ao membro Eduardo Ferreira, responde que a alusão à história do espelho meu está distorcida, porque mais parece, a realidade ocorrida aquando alguma gente sustentou no poder um partido que desgovernou

o município, não tendo sido reeleitos nas eleições seguintes. Diz que comentará em pormenor a história na discussão do ponto 3 da Ordem do Dia. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

EDUARDO FERREIRA: Responde ao Presidente da Câmara que quem não quer ouvir o que ouviu, não o deve comentar na comunicação social. -----

JOSÉ LOUREIRO: Refere que o Presidente da Câmara não respondeu às suas questões. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Diz não ter entendido o comentário do membro Eduardo Ferreira, mas que possivelmente seria para encerrar a história dos espelhos. -----

Quanto às questões colocadas pelo membro da CDU, diz que as responderá aquando da discussão do ponto três da Ordem do Dia. -----

De seguida, o membro da CDU apresentou à Mesa uma moção, que abaixo se transcreve: -----

“A 6 de Dezembro de 2006, aprovou esta Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal a constituição de uma Sociedade Anónima, sociedade a constituir pela mesma com 49% do Capital e o restante por privados. -----

Na base dessa mesma aprovação estiveram as obras apresentadas a constituir e ainda o valor dessas mesmas obras, cerca de 15 milhões de euros. -----

Apresentadas as propostas dos privados (neste caso só uma) verificou-se que a proposta apresentada o fazia com valores que ultrapassam largamente os aprovados pela A.M. (15 milhões de euros) atingindo 25.961.977,80 €. Verifica-se aliás que a própria comissão de análise coloca algumas dúvidas perfeitamente pertinentes em relação a estes valores e ainda a outras situações que gostaríamos ver definidas o que não parece acontecer (ofícios de 12/01/2007 e 16/01/2007). -----

Em nenhum dos documentos apresentados pelo consórcio privado (Irmãos Cavaco, SA, F.D.O.- Construções SA, Ensul-Esfera de Engenharia e MECI-Esfera de Engenharia) os valores se aproximam dos 15 milhões de euros. Pelo contrário todo o estudo económico se baseia nos 25.961.977,80 € o que eleva os encargos financeiros finais para a C.M.Ílhavo para 62.124.975,00 € com encargos anuais na ordem dos 2.444.999,00 €, valor da renda a pagar à Sociedade Anónima. -----

Bastaria de ler o Jornal de Notícias de 29/01/2007 para verificar a preocupação do Sr. Presidente da C.M.I. em relação aos valores apresentados pelo consórcio. O Sr. Presidente da Câmara afirma que o investimento é na ordem dos 15 milhões de euros e que “o que a Câmara terá de suportar a título de pagamento de rendas andarão pelo 1,2 milhões de euros por ano (cerca de 100.000,00 €/mês) para um período de 20 anos”. -----

É assim que, baseados no princípio da transparência desta Câmara, propomos: -----

- A SUSPENSÃO DA DISCUSSÃO DO PONTO 1 DA CONVOCATÓRIA PARA QUE A PROPOSTA SEJA RECTIFICADA E APRESENTADA COM OS VALORES AQUI APROVADOS A 6/12/2006. -----

O Deputado do P.C.P. -----

As.)- José Alberto Ramos Loureiro”. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para intervir: Chama à atenção da Mesa para a situação, visto que o apresentado não é uma proposta, mas sim uma intervenção opinativa sob o ponto da ordem do dia. A proposta do ponto está feita no dossier que a Câmara entregou, e o ponto não é aduzido de outro tipo de proposta. -----

Solicita compreensão da Mesa, porque o sucedido é um artifício da CDU para duplicar o seu tempo de intervenção usando a voz e o tempo do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1- Autorizar A Câma Municipal A Participar Na Sociedade Anónima A Constituir De Acordo Com A Deliberação De 06/12/06 Da Assembleia Municipal, E Aprovar As Condições Dessa Participação, Nos Termos Previstos Na Al. M) Do Nº 2, Do Artº 53º Da Lei 169/99 De 18 De Setembro, Na Redacção Que Lhe Foi Dada Pela Lei 5-A/2002, De 11 De Janeiro. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: O dossier elaborado pela Câmara e entregue à Assembleia Municipal demonstra a opção da Câmara Municipal em entregar ao

consórcio constituído pelos Irmãos Cavaco, FDO-Construções, Ensul e a Mecí, autorização para constituir com a Câmara Municipal uma sociedade anónima. -----

A este nível, demonstra satisfação com a conclusão deste processo. Lembra que existem outros passos a percorrer, e por isso, é com toda a determinação que a proposta, onde incluí os estatutos e o acordo parasocial é apresentada à Assembleia para que se possa celebrar contrato com o consórcio, afim de desenvolver a sociedade anónima dentro dos moldes já definidos. -----

Dado terem suscitado dúvidas com a proposta, entendeu-se, para que o processo estivesse devidamente completo e clarificado, anexar as dúvidas levantadas e as respostas às mesmas. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

HUMBERTO ROCHA: É com admiração que comenta ter alguma dificuldade em compreender como é possível um concurso que envolve verbas inicialmente aprovadas de quinze milhões de euros na Câmara e na Assembleia, e depois é apresentado uma proposta, num prazo de pouco mais de oito dias, no valor de vinte e seis milhões. -----

Pergunta, como é que é possível uma proposta permitir que durante vinte e cinco anos a Câmara fique com dificuldades em avançar para outros projectos, visto que durante esse período, terá de pagar dois milhões e quinhentos mil euros, o que corresponde a 10% dos recursos que a Câmara consegue, no entanto, se considerar que treze milhões de euros vão para os vencimentos, esses dois milhões e quinhentos mil euros, corresponde a 21% dos recursos que a Câmara consegue obter. -----

Verifica que a derrapagem foi enorme, porque há uma diferença de 70%, isto é, passou de quinze milhões para quase vinte e seis milhões. Termina dizendo que neste processo, a engenharia financeira não é mais de que uma maneira de fuga aos limites que a nova Lei das Finanças Locais impõe. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Apresenta duas questões: Estando previstas uma série de obras a serem executadas pelo consórcio no valor de 15 milhões de euros, a quem e como serão adjudicadas outras obras a realizar no Concelho? e Terão essas obras de vir à discussão da Assembleia ou terão algum vínculo com sociedade anónima? -----

DOMINGOS VILARINHO: Questiona, o porquê de a freguesia da Gafanha do Carmo não ser contemplada com nenhuma obra neste projecto. Dado as G.O.P. da C.M.I. terem contemplado nos últimos anos uma Praia Fluvial para a Gafanha do Carmo, sugere que seria uma óptima oportunidade de a concretizar englobando-a no referido projecto. -----

JOSÉ LOUREIRO: Solicita que a proposta apresentada seja colocada para votação, referindo que as pessoas que estão presentes assumirão a responsabilidade do acto que praticam. -----

Diz ter escrito uma carta à Câmara Municipal, no sentido de lhe serem facultados elementos para concorrer à sociedade anónima. Foi-lhe respondido pelo Presidente da Câmara, que sendo ele membro da Assembleia Municipal, tinha o dever de conhecer todos os documentos que faziam parte do processo da sociedade. -----

FLOR AGOSTINHO: Embora não tenha dúvidas neste processo, visto que o mesmo é um concurso onde há uma apresentação de uma proposta, da qual foram solicitados esclarecimentos pelo júri e os mesmos foram prestados, solicita esclarecimentos sobre as dúvidas suscitadas pela comissão de análise. -----

Diz que o que foi apresentado pelas outras partes do consórcio ultrapassou significativamente as expectativas, visto que permite visualizar todo o processo, bem como os interesses da Câmara, seja na representação dos órgãos, seja na forma das eleições, seja na forma de admissão dos investimentos, seja na execução dos próximos investimentos, seja no pormenor do modelo que foi apresentado, e inclusivamente dos mapas financeiros que são legíveis, transparentes e prevêem a definição de uma realidade futura do Concelho. -----

Quanto à preocupação de alguns sobre o montante do investimento e eventual serviço da dívida que a Câmara vai ter que suportar nos próximos anos, lembra que grande contracção de empréstimos no Concelho coincidiu com os mandatos do PSD. E, foram através desses empréstimos, que o povo reconheceu obra no Concelho. Acrescenta que no mandato em que não houve contracção de empréstimos, os resultados das eleições decidiram que aqueles que nada investiram, que nada fizeram, que nada realizaram, não são reeleitos. -----

Refere que quando há obras no Concelho, existem receitas e despesas, ficando a sobra para investimento. Dado que o actual diferencial é reduzido e não tendo grande capacidade com os meios próprios, fundos

comunitários, não havendo capacidade de recorrer ao crédito, só resta a solução da modalidade utilizada pelo Governo, que são os consórcios público/privados. -----

EDUARDO FERREIRA: Começa por dizer que na última Assembleia Municipal realizada em Dezembro de 2006 foi aprovada a constituição de uma sociedade anónima entre a Câmara Municipal e Privados, do qual o CDS/PP votou contra, porque considera que o projecto valeu unicamente para uma engenharia financeira de inclusão nas GOP para 2007. Diz ter sido afirmado pelo Presidente da Câmara, que o projecto no valor de 15 milhões de euros não traria qualquer encargo adicional para a Autarquia. -----

Tendo analisado o documento apresentado, diz ser mais elaborado e esclarecedor em muitos pontos, verificando que o orçamento inicial de 15 milhões de euros do projecto inicial fora alterado para 26 500 mil euros referente a empréstimos bancários para os anos de 2007, 2008 e 2009, considerados como capitais alheios de empréstimos bancários a curto, médio e longo prazo, que coincidirão com as obras. Verifica ainda que, de acordo com o mapa de custos apresentados pelos privados, estão contemplados 28 anos (2007 a 2034), três anos para construção e vinte e cinco anos para pagamentos chegando esses valores a 59 600 000,00€. Diz que os valores apresentados são incomportáveis para o município, tecendo alguns comentários, dos quais resulta a pergunta, onde está a consciência político-moral desta Câmara. -----

Indica que o CDS-PP, continua a afirmar que os munícipes podem encontrar novas formas de financiamento com vista ao desenvolvimento dos Concelhos, sem colocar em causa o próprio Concelho nem negligenciar o aspecto moral dessas mesmas sociedades, nem colocando em causa a capacidade financeira do município. Refere que existem municípios que estão a abandonar este modelo de sociedades. -----

Verificada a responsabilidade da nova SA na demolição do antigo mercado da Gafanha da Nazaré e dado o mesmo já se encontrar demolido, pergunta quem o fez. -----

Constata que a Câmara entra com 40% de dinheiro na constituição do capital social, por isso pergunta se os terrenos onde vão ser construídas as obras não têm valor de património. -----

Existindo algumas dúvidas colocadas pela comissão de análise das propostas ao perguntar ao consórcio, citando, "qual é a disponibilidade de investimento de 15 milhões em vez dos 26 milhões apresentados", questiona se não estão definidas as obras a efectuar e o seu valor inicial proposto. Diz colocar a questão porque de acordo a análise do documento, o consórcio diz que esse valor é o adiantado para que não haja derrapagens financeiras, citando, "o valor do investimento proposto pelo consórcio, é um valor estimado e dada a extrema cautela que o consórcio tem para não haver derrapagens no valor do investimento, poderá ser revisto tendo em conta uma maior definição ao nível do projecto, dos equipamentos a construir bem como a determinação das responsabilidades ao nível de gestão, conservação e exploração dos equipamentos". -----

Estranha a Câmara propor a efectivação de uma empresa de sociedade anónima sem definir com exactidão, quais os projectos de futuro. -----

Finaliza, comentando que lhe parece que o consórcio está a acautelar administrativa e financeiramente a sua participação, tendo a Câmara esquecido de fazer o mesmo. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----^{1ª}

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por dizer que dado os membros do P.S, C.D.U e P.P não terem entendido ou não quererem entender o modelo em que assenta este processo, não repetirá o que foi dito em Assembleia de 06/12/06. Repetirá o essencial para responder objectivamente à grande questão repetida pelos três, isto é como se passou de 15 milhões de euros para 26 milhões euros. Como resposta à questão, sumaria o modelo legal e financeiro em que assenta este processo. Assim, informa que ele e os Vereadores com funções delegadas estão disponíveis para reunir com os membros da assembleia que queiram aprofundar a matéria. Dá como exemplo a reunião de Câmara em que discutiram esta matéria durante aproximadamente uma hora e em que, ao contrário da primeira reunião de Câmara, onde votaram contra, os Vereadores do P.S, nesta segunda reunião, abstiveram-se. -----

No procedimento concursal foi solicitado a apresentação das propostas em três dimensões, isto é, a estrutura financeira da proposta, a estrutura contratual da proposta e a estrutura técnica da proposta, tendo sido apresentado pelo consórcio em causa e a comissão avaliado. -----

Esclarece que o que está em causa, não é um concurso que vale quinze milhões e escolher um empreiteiro que vai fazer a obra por vinte e seis milhões, mas sim um processo concursal que usou como

referência um conjunto de seis objectivos com uma dimensão financeira de referência de quinze milhões, tendo este consórcio apresentado um modelo de gestão financeira para cumprir esses objectivos, estimando o seu custo em vinte e um milhões mais IVA, com uma relação contratual que é aquela que está nos documentos, e com um conjunto de matérias que ficam para decidir na vida da sociedade anónima. -- Essas matérias são a definição exacta de cada projecto, isto é, o conjunto de obras a fazer, a negociação com as entidades bancárias, o custo financeiro, as contratações com terceiros, nomeadamente de seguros, e o definir de quem vai assumir os custos de conservação e de manutenção. -----

Portanto, este é um modelo diferente do tradicional. Continua-se a entender que a importância definida nos estatutos e no acordo parasocial, que a dimensão financeira de referência, é aproximadamente de quinze milhões de euros. Com esse valor de referência, a Câmara Municipal virá a ter a partir de 2010 uma gestão de utilização desses elementos, desses edifícios que vão ser construídos, considerando que vão estar na casa dos cem mil €/mês, e na análise sobre sustentação financeira da Câmara, entende-se que a mesma terá capacidade para gerir essa situação a partir do ano 2010. Portanto, o enquadramento legal é diferente do habitual e para o compreender é necessário analisá-lo em termos jurídicos e em termos técnicos/financeiros. -----

Relembra o que disse em Dezembro, ao referir que a Câmara Municipal podia ter escolhido sozinha sem qualquer procedimento, um parceiro privado para fazer esta operação, e vir a definir a execução objectiva, ou os objectivos a executar que a sociedade anónima materializasse. Acrescenta que a Câmara Municipal de Ílhavo é a 16.º do País a iniciar este processo. -----

Ao membro Eduardo Ferreira, pede que lhe indique quais são os municípios que estão a abandonar este processo. Esclarece que o que está em causa não é uma empresa municipal e que não se enquadra nem na lei das Finanças Locais, nem noutra lei, mas sim na legislação das sociedades comerciais. -----

Dada esta matéria ser complexa, em termos financeiros e em termos jurídicos, disponibiliza-se para qualquer esclarecimento a quem não tenha entendido, para que conheçam a condição jurídica e financeira desta opção de gestão, afim de poderem votar. -----

Ao membro Domingos Vilarinho, refere que respondeu à mesma questão em Dezembro último e por isso não repetirá. Indica que a Freguesia da Gafanha do Carmo continua a ter da Câmara toda a atenção e todo o investimento, no entanto não farão obras ilegais dando como exemplo a não permissão do Estado para construir uma ponte ou a construção de uma Praia Fluvial sem serem cumpridos um conjunto de procedimentos legais, mas que irão lutar por esses objectivos. -----

Ao membro José Loureiro esclarece que a aprovação da proposta, apresentada em devido tempo, pela Câmara Municipal, inviabiliza a razoabilidade da consideração da sua proposta. Considerando unicamente a sua intervenção e não a que foi lida pelo Presidente da mesa, onde refere a pretensão de concorrer ao concurso, indica que quando suscitou a questão à sua secretária, foi-lhe transmitida a informação de que, como membro da Assembleia já teria conhecimento do dossier. No entanto, como concorrente ao concurso, teria de cumprir o anúncio, isto é, pagar a verba mencionada, levantar o caderno de encargos e concorrer. Portanto, ser membro da Assembleia Municipal não lhe dava qualquer privilégio de acesso ao concurso. -----

Em relação às dúvidas da comissão, refere que a seguir ao documento das dúvidas levantadas está o documento de resposta às mesmas. Daí, ter que ler todo o processo e na análise do conjunto é que a comissão fez o relatório que está presente, propondo a adjudicação. -----

Ao membro Flor Agostinho, indica que na sua resposta substantiva esclareceu-o em termos técnicos/jurídicos aquilo que está em causa neste modelo. -----

Ao membro Eduardo Ferreira, diz que a sua intervenção baralhou a percepção da matéria em discussão. -- Quanto à gestão da Câmara Municipal, menciona que se manterá como se tem vindo a efectuar, não aceitando questões relacionadas com condições político/morais. -----

Em relação aos terrenos, a Câmara participa no processo com a cedência à sociedade anónima dos terrenos em regime de direito de superfície, porque no fim da operação financeira, a propriedade dos edifícios é da Câmara. -----

Em relação ao futuro, afirma como actual Presidente da Câmara e futuro Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Anónima, e aquele que será seu sucessor, terá a obrigação política e legal de prestar toda a informação ao Executivo Municipal, à Assembleia Municipal, e a todos os mecanismos inspectivos de que a Câmara venha a ser alvo, tais como, IGAT, IGF e TRIBUNAL DE CONTAS. -----

Termina, dizendo que os membros da Assembleia, os Vereadores, como membros do executivo municipal terão sempre acesso àquilo que ele, em representação da Câmara Municipal fizer e decidir dentro da Sociedade Anónima, com competências legais e políticas para fiscalizar os actos que praticará como representante da Câmara Municipal, como parte da Sociedade Anónima. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

HUMBERTO ROCHA: Começa por dizer que é sempre uma incógnita e um risco, o direito privado sobrepor-se, ou manipular o direito público. Diz ainda que a resposta do consórcio às questões que lhe foram feitas é óbvia, pois seria um suicídio financeiro não concordar com os pressupostos iniciais aprovados na assembleia, dado que a sociedade não avançaria. Daí só poderem responder nesse sentido. -----

JOSÉ LOUREIRO: Destaca que, vinte dias depois da entrega do concurso e da abertura das propostas, haja no processo a seguinte frase, citando-a: “O valor de referência da dimensão financeira do investimento a realizar na construção de todos os equipamentos que compõem a base do concurso, deve situar-se nos quinze milhões de €, e não excedê-lo significativamente como resulta da proposta”. -----

Por isso, se a comissão de análise, vinte dias depois, ainda tem dúvidas, como é que os membros da assembleia não as têm. -----

Mas também é verdade, que se tem assistido no País, a diversas situações em que as pessoas sem querer, são levadas a situações extremas, como o que está a acontecer com o PSD a protestar contra a BRAGAPARQUES, e o negócio que foi feito em Braga junto de um arguido da BRAGAPARQUES, que no decorrer do dia foi constituído arguido em Coimbra, da situação de Lisboa. -----

Solicita ao Presidente da Mesa a votação da proposta por si apresentada. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Questiona, como é que a sociedade vai fazer as obras, isto é por administração directa ou adjudicando a terceiros, bem como se em futuras obras a realizar no Concelho, através de concurso, a sociedade terá prioridade sobre os outros concorrentes. -----

DOMINGOS VILARINHO: Realça que está presente como representante eleito pelo povo da Gafanha do Carmo, e por conseguinte, entende defender os seus interesses. Diz não questionar o apoio dado pela Câmara à freguesia, a ideia base da constituição desta sociedade, e nem a prioridade dada às obras contempladas neste projecto, mas indica que não votará a votar a favor de um projecto que descrimina a sua freguesia, e lesa substancialmente os seus habitantes, pois irão pagar uma factura durante vinte cinco anos, na qual não terão nenhum benefício directo. -----

Considera esta atitude uma discriminação e uma enorme injustiça. Salaria que, como já foi referido, a Câmara Municipal, tem projectos para a Gafanha do Carmo, que tinham todo o enquadramento para fazer parte do pacote de obras propostas para serem executadas pela sociedade anónima. -----

FLOR AGOSTINHO: Agradece os esclarecimentos solicitados ao Presidente da Câmara. Diz entender ser um consórcio constituído por cinco entidades, que têm direitos e deveres, e que irão zelar para ter os seus rendimentos das cinco entidades, tendo estas que estabelecer negociações, dialogar, votar, sempre com aquela certeza que as votações têm que ser de 2/3, ou unanimidade. -----

Agradece também o esclarecimento prestado pelo Sr. Presidente da Câmara a esta assembleia, sobre a evolução que vem a ser registada por alguns elementos do PS deste Concelho, nomeadamente os representantes da Câmara Municipal, que entenderam o que está em causa é o futuro da qualidade de vida dos ilhavenses, adoptando uma atitude de abstenção, querendo com isto dizer, que não reprovam aquilo que se encontra para votação. -----

EDUARDO FERREIRA: É sua opinião que o valor apresentado é de vinte e seis milhões e meio de euros, conforme se propõe os custos resultantes do desenvolvimento dos projectos de exploração discriminados. Comenta que, embora o Presidente da Câmara diga que exista à priori uma definição efectiva dos projectos, o consórcio refere o seguinte: “nomeadamente uma maior definição ao nível dos projectos do equipamento a construir”. Portanto, entende que há uma contradição. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----2ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Ao membro José Loureiro, indica que a posição da Comissão de Análises foi pontuar com 8,63 pontos, numa escala de dez,

a proposta presente, gerindo as suas dúvidas, a sua apreciação, a lei, tudo na conclusão final do trabalho da comissão, e não aquela que ele referiu. -----

Refere que, embora não conheça o processo BRAGAPARQUE, conhece bem a questão de Lisboa e ela não é comparável. -----

Diz ser proibido em Portugal falar com clareza de corrupção, dando como exemplo a tentativa feita pelo reconhecido deputado Socialista, que ficou zangado pelo seu partido não lhe ter apoiado na discussão da matéria. Refere que ele próprio, num programa de televisão, afirmou que a corrupção não depende dos sistemas legais, nem da profissão de cada um, mas sim da opção de vida de cada uma das pessoas. ----

É sabido que um concurso público é feitos com regras, com vistos do Tribunal de Contas, por isso não pode haver corrupção. Diz ainda que, se o Presidente da Câmara de Ílhavo, vai ser mais corrupto como gestor da sociedade anónima ou como gestor de concursos públicos no quadro legal normal, não depende do quadro legal, mas depende da opção de vida do Presidente da Câmara de Ílhavo, porque ele pode ser tão corrupto dentro da sociedade anónima, como no quadro dos exercícios de concurso público do procedimento legal tradicional. Por isso, vale a pena comparar questões que não são comparáveis, e processos formalíssimos como são hastas públicas, que estão no meio da operação que se tem falado muito a questão de Lisboa e das ligações à BRAGAPARQUE. -----

Esclarece que as empresas têm que remunerar os seus capitais, dando como exemplo as empresas que trabalham para fazer o Centro Cultural, a varrer as ruas, a fornecer bens e serviços à Câmara Municipal e as empresas que farão projectos, empreitadas, prestar serviços, também serão remunerados os seus capitais como qualquer empresa que trabalha para a Câmara. -----

Ao membro Francisco Grangeia e em relação às questões que colocou, diz que a sociedade vai fazer as obras de acordo com aquilo que fixarem os seus projectos, baseado no quadro de referência, e o Conselho de Administração aprovará os projectos, decidirá quem fará as obras, que poderão ser, e preferencialmente sê-lo-ão como é óbvio, as empresas que pertencem ao consórcio, ou esse mesmo Conselho, pode contratar terceiros como está escrito também nos documentos com toda a clareza e em bom português. ---

A sociedade não irá ter prioridade sobre os concursos públicos que a Câmara fizer, no entanto, as empresas que estão na sociedade, de forma individual e não como membros da sociedade, virão aos concursos, ganhando-os ou perdendo-os. Destaca que do consórcio, há empresas que concorreram a concursos da Câmara e ganharam, há empresas que concorreram e nunca ganharam e há empresas que nunca concorreram a nenhum concurso da Câmara. -----

Ao membro Domingos Vilarinho informa que as obras definidas para a Gafanha do Carmo são para fazer através de outros mecanismos de gestão, nomeadamente aqueles de gestão directa da Câmara utilizando fundos comunitários. Portanto, não há discriminação para com a população da Gafanha do Carmo. Comenta que é sabido o investimento realizado na Gafanha do Carmo e que o mesmo irá continuar, usando um ou vários instrumentos de gestão disponíveis. Por isso, a Câmara não vai por contra a população da Gafanha do Carmo, porque se trabalhar com ela serão cumpridos os objectivos que com ela foram traçados. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por maioria, com dezasseis (16) votos a favor e nove votos contra (sete dos membros do PS, um do membro do CDS/PP e um do membro da CDU) aprovar a mesma. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Membros do Partido Socialista: “Não obstante estarmos em total desacordo com as obras apresentadas para construção pela Sociedade Anónima, entendemos, no entanto, que o projecto de engenharia financeira proposto, nos apresenta muitas dúvidas, nomeadamente de ordem jurídica e financeira, que se podem vir a tornar demasiado penalizadoras para o Município de Ílhavo, atendendo a que: -----

-Da análise das propostas constatámos que apenas 1 único agrupamento concorrente se apresentou, constituído pelos Irmãos Cavaco, FDO- Construções, ENSUL e MECI; -----

-Que este único consórcio que se propõe a concurso, o faz num período super-rápido, em pouco mais de 8 dias, o que pressupõe que já tudo estava combinado antecipadamente; -----

-Que 2 das empresas do consórcio, a Ensul e a MecI, são ambas Sociedade Comercial anónima “Gestão de projectos de Engenharia, SA”, têm ambas sede na Rua do Facho, nº 26, na Caparica e até o Capital Social é o mesmo, 5.250.000€- Só coincidências? -----

-Na Sociedade Anónima formada, a Câmara é minoritária com 49%, enquanto os outros contratantes têm 51%. -----
-A proposta apresentada a concurso não respeita o limite de custos estimado pela C.M.Ílhavo e aprovada pela Assembleia Municipal, de 15.000.000€ e passando para quase 26 milhões, ultrapassando em cerca de 11 milhões €, isto é mais de 70%!...ultrapassa tudo o que é normal num concurso, em que a margem de derrapagem não pode ir além de 25%... -----
-A partir do momento da constituição da Sociedade Anónima é à Assembleia-Geral de Accionistas que cabe definir o Plano de Negócios e o seu Montante; -----
-As obras serão executadas na sua grande maioria até ao final deste mandato, dando azo a uma verdadeira campanha partidária. Acresce o facto de haver um período de carências de 3 anos, não investindo a CMI, qualquer verba neste mandato. e sacrificando os vindouros durante 25 anos seguintes; --
-A proposta de engenharia financeira implica uma cativação de verbas durante 25 anos, correspondente a 10% da totalidade das receitas camarária (e 21% se descontarmos o quantitativo dos vencimentos dos funcionários e autarcas), no valor de 2.500.000€/ano. -----
-Na proposta apresentada pela Entidade Privada o investimento é de 26.000.000€, prevê o pagamento de 2.500.000€/ano, durante 25 anos, totalizando mais de 62.000.000€, o que, evidentemente, é excessivo para o orçamento da CMI; -----
-Que não estão salvaguardadas, na proposta, eventuais subidas de juros que, ainda, poderão onerar significativamente os custos; -----
-Que durante os já referidos 25 anos, a C.M.Ílhavo, ficará cortada na sua capacidade financeira, endividando as futuras gerações e hipotecando o município durante ¼ de século, colocando sérias dificuldades à execução de outros projectos, provavelmente mais importantes, como sejam a construção da Habitação Social, Instalação e Manutenção do saneamento Básico; -----
-Que todas estas evidências levantam demasiadas dúvidas acerca da razoabilidade da proposta e da transparência do contracto firmado pelas empresas que integram o consórcio; -----
-Que a grande vantagem desta sociedade vai para o consórcio concorrente e para a banca, em detrimento dos cidadãos do Município de Ílhavo que terão de pagar a factura; -----
-Que, em última análise, toda esta engenharia financeira não passa de uma fuga aos limites de endividamento face à nova Lei das Finanças Locais. -----
Face aos argumentos apresentados cotamos contra. -----
Pel' Os Membros do PS da Ass. Municipal -----
As.)- Humberto Rocha". -----

Membro do CDS/PP: "Considerando que esta sociedade anónima nos parece sobejamente que vai atrofiar financeiramente o Concelho de Ílhavo, -----
Considerando que o valor inicial de 15.000.000,00€ alteraram para 26.500.000,00€ correspondendo a um aumento de 77% e ainda as obras não começaram, e que o valor final dos 28 anos apresentados, o valor inicial vai ascender aos 59.600.000,00€ correspondendo a um valor de aumento de 297% relativamente ao valor inicial, -----
Considerando que a Exma Câmara não acautelou o poder de negociação já que mesmo sendo a Presidência do Conselho de Administração da Câmara Municipal, será sempre o administrador delegado representado pelo consórcio que tem o poder final de decisão; -----
Considerando que a Exma Câmara ainda não projectou convenientemente as obras a efectuar e o respectivo valor como é dito na resposta às dúvidas pela comissão de avaliação efectuada pelo consórcio, E porque o CDS- Partido Popular não quer um encargo financeiro brutal e inoportuno como o que se apresenta para este município. -----
Assim, -----
O CDS- Partido Popular vota contra a autorização pretendida pela Câmara Municipal a participar neste tipo de sociedade anónima. -----
CDS-Partido Popular -----
O deputado Municipal -----
As.)- Eduardo Manuel Simões Ferreira". -----

Membro Domingos Vilarinho: “Como representante legal dos habitantes da Gafanha do Carmo, não posso aprovar este pacote de investimentos apresentado nesta proposta, para serem executados por esta sociedade anónima, porque lesa gravemente os interesses dos habitantes da minha freguesia. Não posso aceitar esta discriminação ao deixarem a Gafanha do Carmo fora dos investimentos, quando a própria câmara municipal tem projectos para esta freguesia que poderiam perfeitamente ser enquadrados neste projecto. Seria muito mais justo se estas obras fossem divididas pelas 4 freguesias do concelho e não apenas por 3. Não quero acreditar que esta atitude se deve ao facto de sermos a única Junta do PS. ----- Nenhum habitante da Gafanha do Carmo ficará satisfeito ao saber que vai contribuir para o pagamento de uma renda, durante 25 anos, da qual não vai usufruir nenhum proveito directo. Isto é uma injustiça e por isso voto contra. -----

02/02/2007. -----
As.) Domingos Vilarinho”. -----

O Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para defesa da sua honra: -----

PRESIDENTE (DEFESA DA HONRA-TRANSCRIÇÃO): “Eu pedi a figura da defesa da honra para defender a honra minha, de todo o executivo municipal, os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata que têm funções delegadas, e dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, para defender a honra das cinco pessoas que compõem a Comissão de Análise, um Vereador, um prestador de serviços, e três técnicos superiores da Câmara Municipal, dada a frase do Sr. Dr. Humberto Rocha de que tudo restava combinado antes. -----

O Sr. Dr. Humberto Rocha, levou a conversa para a baixaria que lhe é conhecida. Fez com esta frase uma referência daquilo que é a sua qualidade como gestor e como ser humano, levando para a consideração de outras pessoas aquilo que é sua noção sobre si própria. -----

É minha obrigação defender a honra de toda esta gente, e não permitir que, aquele que foi o pior Presidente da Câmara Municipal de todos os tempos que temos memória, venha para aqui por em causa a idoneidade moral de tanta gente, incluindo gente do seu próprio partido, com baixarias de quem devia ter outra postura por além do mais, ser funcionário do Estado, e ter intervindo tão pouco neste debate, não permitindo que os disparates imensos que leu na sua declaração de voto fossem alvo de discussão nesta Assembleia Municipal. -----

Quero Sr. Presidente da Assembleia Municipal que esta nota de defesa da honra seja transcrita tal e qual para a acta, e depois da acta devidamente aprovada, ser dado conhecimento formal a todas as pessoas cuja idoneidade moral foi aqui gravemente ferida por uma pessoa à qual não reconheço competência, capacidade legal, técnica, política e moral para por em causa a idoneidade moral seja lá de quem for”. ----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 - Apreciação e Votação para emissão de Certidão de Declaração de Interesse Público para desafecção da área de REN, necessária à construção do Lar do Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

Diz que este assunto exige decisão dos membros, daí a Câmara Municipal ter deliberado e proposto à Assembleia que tome decisão para que o processo possa prosseguir. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

IRENE RIBAU: Afirma que há anos que as pessoas anseiam pela existência de um Lar Social da 3ª Idade na Gafanha da Encarnação. Este, contribuirá para a tranquilidade e bem-estar de muitas famílias, pois verão os seus idosos bem acolhidos e, por conseguinte, terão a sua vida mais facilitada. Nessa medida, informa que o grupo do P.S.D. aprova e apoia este projecto. -----

FRANCISCO GRANGEIA: É com regozijo que vê a Assembleia discutir este ponto, visto que é de máxima importância a sua resolução. Lamenta que somente agora, o seja efectuado. Por isso, questiona a razão. -

EDUARDO FERREIRA: Concorde com a urgência em construir um Lar na Gafanha da Encarnação, afim de apoiar a 3ª Idade, mas questiona o espaço pretendido. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: ----- **2ª**

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Regista o apoio do PSD ao projecto. Quanto ao membro Francisco Grangeia, responde que a sua questão terá de ser colocada ao Centro Paroquial da Gafanha da Encarnação. -----

Informa, que em 1999, aquando da sua primeira presidência aberta na Gafanha da Encarnação, entregou um documento escrito e assinado por ele, assumindo o compromisso de apoio ao desenvolvimento do projecto, ao desenvolvimento da obra e ao apoio institucional à Paróquia para concretizar esse objectivo. Indica que seus antecessores desenvolveram trabalho, nomeadamente junto do Ministério da Agricultura, para materializar o contrato de comodato que a Paróquia celebrou com o mesmo. O facto de a Paróquia, através do Centro Social Paroquial ter decidido algures no 4º trimestre de 2006 iniciar o processo formal deste processo, estará relacionado com a vida da Paróquia e com as opções dos seus responsáveis. -----

Em relação à questão do membro Eduardo Ferreira, diz que em relação à Câmara Municipal, a opção do terreno que a Paróquia assumiu é uma opção correcta e que está devidamente integrada nas definições do Plano de Pormenor da Colónia Agrícola, tendo todo o apoio da Câmara Municipal. -----

VOTAÇÃO: Submetido este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3: - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 28/11/06 a 29/01/07; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

Destaca duas notas de dois acontecimentos muito importantes que decorreram neste curto período de tempo. Em primeiro, a elevadíssima importância da obra inaugurada no dia 18 de Dezembro com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Sr. Ministro das Obras Públicas, a Via de Ligação à A 17, incluindo também a obra da Via do Mercado, que são os quinhentos metros dessa ligação da Cidade de Ílhavo à Auto Estrada nº 17. Foi importante, porque marcou o final de um longo trabalho, visto que foi uma obra que chumbou em dois estudos de impacte ambiental, e que passou no terceiro, tendo uma grande importância para a elevação da qualidade de vida dos nossos cidadãos. -----

A segunda, diz respeito à reabertura do Navio Santo André, tendo em simultâneo apresentado o programa das Comemorações dos 70 anos do Museu, e o mesmo sido anexado à exposição, afim de os membros terem conhecimento e poderem participar. É a comemoração de uma data que obviamente referencia o passado, mas que é utilizada para projectar o futuro lançamento para novos universos de Museu Marítimo que têm feito um caminho extraordinário nos 70 anos da sua vida, e do qual são assinalados com um conjunto de iniciativas. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Diz ser consensual, que efectivamente a Via de Ligação de Ílhavo à A 17, era uma obra de grande interesse para os Municípios de Ílhavo, nomeadamente aqueles que moram na Légua, no Casal, perto das Quintãs, Cimo e Vila, Moitinhos, porque a qualidade de vida nestes lugares aumentou substancialmente com a diminuição de tráfego. -----

Destaca o subsídio extraordinário atribuído pela Câmara ao Lar de S. José, realçando a importância de que o futuro é tratar da juventude e dos idosos. Até hoje, a obra tem sido unicamente apoiada pelos paroquiantes, tendo o Governo nunca apoiado, inclusive chumbou a candidatura do PARES. -----

Reage a história alusiva ao espelho, dizendo que há participação em associações, através do trabalho e dedicação de cada um. É sua opinião que o PSD só poderá, como tem sido até hoje, ser maioria no Concelho, porque consegue integrar, motivar, incluir pessoas que gostam e querem dar de si em prol de todos os ilhavenses, nomeadamente nas associações, de forma abnegada e desinteressada têm feito também para terem qualidade de vida neste Concelho. -----

Solicita esclarecimentos sobre as obras entre a EN 109 e o Novo Centro Cultural. -----

JORGE TADEU: Analisando três temáticas da acção camarárias refere que: a primeira está relacionada com a atribuição de um subsídio extraordinário ao Lar de S. José. Comenta que a Câmara, mais uma vez, está a substituir o Governo Central no nosso Município, visto que nenhuma das candidaturas no Concelho ao programa PARES foi aprovada; A segunda, são as bolsas de estudo, que têm um cariz diferente de muitas bolsas atribuídas no País, porque a partir do momento em que é atribuída e os dois itens que são avaliados, que são o mérito e a sua condição económico/social, não se altere, a Câmara garante ao estudante até à conclusão da sua licenciatura ou dos seus estudos, o financiamento para que o jovem continue a estudar; A terceira e última, ocorreu há cerca de três semanas, aquando da apresentação do QREN, ou seja o IV Quadro Comunitário de Apoio. Este QCA, como já foi afirmado publicamente por todos os partidos com assento nesta Assembleia Municipal, vem com atraso. Sabendo que o QREN, como é reconhecido por exemplo, pelo próprio Conselho Económico e Social, foi o QCA menos discutido e menos

participado desde que existem QCA em Portugal, e o facto de há sete trimestres consecutivos o investimento estar a cair, questiona quais as implicações que o atraso da apresentação do QREN, dos Programas Operacionais e dos Regulamentos que virão, terão para a autarquia e para os investimentos autárquicos, que estão previstos para este ano e para os próximos anos, até 2013, que é o período de vigência do QREN. -----

PEDRO PARRACHO: Lamenta informar que a situação do Venda Ambulante na Costa Nova continua sem alterações visíveis e que apesar de alguma actuação da GNR, a situação continua por resolver. -----

Quanto à actividade municipal, destaca a recepção oficial do 8º Capítulo Gastronómico, onde se passou a ter a *patanisca de honra* que é agora um elemento gastronómico oficial da Câmara de Ílhavo. Demonstra que a Câmara continua a trabalhar, e em consonância com as instituições e com associações, com rumo traçado, pois o bacalhau é o lema do Concelho. -----

FÁTIMA BOLA: Salaria que apesar de ser actividade municipal de dois meses, ela é bastante, nomeadamente na proposta apresentada relativa às Comemorações dos setenta anos do Museu, as quais provam que há um Museu dinâmico, atractivo. Pergunta, qual o plano de divulgação e os seus objectivos. Destaca a atracção do Navio Museu Santo André, que durante o corrente mês voltará à doca na Gafanha da Nazaré. Perante a participação da Câmara na BTL, pergunta, quais foram os resultados atingidos. -----

EDUARDO FERREIRA: Começa por dizer que o CDS/PP está satisfeito com a reabertura do Museu Marítimo Santo André, que é um pólo museológico e que é necessário às populações vindouras para testemunhar realmente o que foi a pesca do bacalhau, que tende a ser abandonada. -----

Em resposta aos comentários do membro Flor Agostinho, refere que também detém contactos com imensas pessoas que trabalham directamente com instituições tanto de crianças, como de idosos, que é a mão-de-obra voluntária que não quer destaque social. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Concordando com o membro Pedro Parracho, refere que apesar da situação da venda ambulante não se encontrar resolvida, já há notórias melhorias. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----^{2ª}

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Perante as questões colocadas pelo membro Flor Agostinho, informa que as Estradas de Portugal estão atrasadas uns largos meses para entregar o projecto de qualificação urbana da EN 1009, que derivou das suas obrigações no âmbito da desclassificação da estrada em 2004. Dado haver um compromisso reagendado até ao final do 1º semestre deste ano para que o projecto seja entregue, a Câmara continuará a aguardar.

Refere ainda que a operação que está desenhada, se resume ao faseamento daquilo a que se chama de qualificação urbana do centro da cidade. Existem três operações: uma, que está em curso, é a construção do Centro Cultural com todas as suas valências, isto é, parque de estacionamento, seis unidades comerciais, uma praça pedonal que deriva do parque de estacionamento, o Edifício Cultural/ Grande Auditório e duas áreas de exposição; a segunda, refere-se à qualificação do espaço público envolvente, isto é, todo o espaço que vai desde a rotunda do Poder Local até ao cruzamento da 25 de Abril com a EN 109, incluindo o Largo do Bispo e a Praça da República. Esta operação tem desde o ano passado um Estudo Prévio aprovado e está em desenvolvimento o seu projecto de execução que foi entregue ao Arquitecto Projectista do próprio Centro Cultural; por fim a terceira operação, é a intervenção Poente CCI, isto é, a intervenção sobre o pequeno conjunto de construções que existem entre o gaveto da 25 de Abril com a EN 109, e o gaveto da Santo António com a EN 109. Será feita a manutenção da construção do gaveto da 25 de Abril com a EN109, que é um elemento Arte Nova, com relevância arquitectónica e a demolição de todos as outras, que vão desde a Travessa de Santo António, como também a construção de um edifício de três pisos. Dado o Estudo Prévio não se encontrar finalizado, estas informações são uma mera referência nesta fase. -----

Informa que já houve reuniões de trabalho negocial com os proprietários e os inquilinos. Portanto, diz que de forma sumária informou o conjunto das acções que já estão a mudar e qualificar o centro da Cidade, sede do Município. -----

Agradece as referências feitas pelos membros Jorge Tadeu e Flor Agostinho, ao apoio ao Iar São José. Lamenta a atitude do Governo, de ter chumbado a candidatura deste Projecto ao PARES, reconhecendo a importância social desta obra. Dado o Iar necessitar de obras, entende muito bem que a instituição tenha avançado com o projecto de ampliação e remodelação. Espera que no futuro, o Governo olhe para as candidaturas das instituições de uma forma diferente, até porque é sabido que algumas instituições estão

já a preparar novas candidaturas ao PARES, no procedimento que está aberto neste momento para recepção de candidaturas. Infelizmente a candidatura do Lar de S. José, como as outras cinco foram chumbadas pelo Governo que curiosamente só chumbou candidaturas em dois dos dezanove concelhos do Distrito de Aveiro, uma das quais foi o Concelho de Ílhavo. -----

O atraso do QREN vai provocar à Câmara e a todas as entidades que querem ser beneficiárias do QREN, atraso na execução de investimentos. Correr-se-ão riscos por a ilegibilidade da despesa reportar a 1/01/07, mas sabendo as condições financeiras existentes e as regras do QCA em que o poder total de decidir está no Governo, arriscar, é um acto excessivamente arriscado numa dimensão grande, podendo-se avançar com uma ou outra obra. -----

Informa que o governo já decidiu o destino de 40% das verbas do Programa Operacional Principal, que é o da valorização territorial, e que abrange doze obras, das quais destaca a OTA e o TGV. Por isso vai-se trabalhar no sentido de obter o máximo de Fundos Comunitários, tanto no âmbito da Câmara Municipal, Área Metropolitana de Aveiro como também na Sociedade Anónima. -----

Ao membro Pedro Parracho, agradece a sua intervenção, nomeadamente a referência à nossa patanisca, associado a um gesto de homenagem e também ao trabalho interessante de promoção da nossa gastronomia que a Confraria Gastronómica do Bacalhau tem vindo a realizar.

Ao membro Francisco Garageia, informa que não enviou a acta da Assembleia Municipal ao Sr. Ministro por dois motivos: primeiro, porque é a Mesa da Assembleia que tem competência para o fazer e segundo, dado a acta ter sido aprovada no decorrer desta reunião, esse exercício só pode ser feito a partir desta altura. -----

Ao membro Fátima Bola, responde que o programa do Museu pretende chegar a dois mundos: o mundo da referência ao passado, gesto de homenagem a quem construiu o Museu durante setenta anos, Gente profissional, voluntária, e anónima, e o Museu para novos universos, onde se dá a conhecer a nova gente, gente do País, gente de outros Países, e daí a opção do encontro de Museus Marítimos Internacionais que está no projecto, entre outros. -----

É sua opinião que houve um balanço positivo na participação da Câmara na BTL, porque o stand foi visitado por milhares de pessoas, mas também porque se marcou presença na promoção da imagem, feita através do Museu Marítimo, edifício principal e Navio Santo André, Costa Nova com a referência dos seus Palheiros e o Farol da Barra, e bem como os Cardadores de Vale de Ílhavo. -----

Quanto às referências sobre o Parque de Campismo mencionadas pelo membro Francisco Garageia, indica que estão a ultimar um acordo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para fazer o trabalho técnico de definir com pormenor a operação de substituição do coberto florestal do Parque de Campismo da Barra. Neste momento informa que as operações realizadas com alguma regularidade, são o corte de pinheiros secos (mortos). Em relação ao PDM, diz que a CCDRC está novamente a trabalhar na matéria, tendo ocorrido uma importante reunião em Dezembro, encontrando-se agendadas outras tantas reuniões. -----

Quanto à ausência de diálogo em relação ao Quartel da GNR, diz que o membro deverá estar a falar do Ministro da Administração Interna e não a Câmara pelos motivos já expostos. -----

Em relação à *garganta do amador*, relembra que se trata de terreno privado, daí o investidor ser privado e não uma entidade pública, nomeadamente a Câmara Municipal. -----

A obra do saneamento da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo, está numa fase de encerramento nas ruas secundárias. Está-se a ultimar com o empreiteiro uma operação de pavimentação das ruas secundárias que foram intervencionadas, para acto imediato seguir para a intervenção de encerramento das condutas nas ruas principais, Rua do Carmo e Rua da Encarnação, a decorrer nas próximas semanas. Houve atraso na obra devido a uma das empresas do Consórcio ter um processo de transformação do seu capital social, em capital social de um seu credor. -----

Os Planos de Pormenor estão em boa fase de evolução. -----

Ao membro José Loureiro, informa que a Carta Educativa deverá estar formalmente terminada no final do mês de Março. Esclarece que o edifício que está junto à Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré é a EMER – Escola Municipal de Educação Rodoviária, que dá formação ao nível teórico e com aplicação prática em termos de educação rodoviária a todas as crianças e jovens do concelho de Ílhavo, e de muitos concelhos do País. -----

No âmbito do seu aniversário, em Março, prevê-se, fazer uma operação de relançamento da escola para outros universos, para que aquele investimento possa ser também mais rentabilizado. -----

Quanto ao pedido efectuado pelo membro José Loureiro, responde que para visitar todos os edifícios municipais é necessário efectuar um plano de visita de forma a visitar aqueles que mais interesse lhe despertar. -----

Ao membro Eduardo Ferreira diz que a Câmara continua muito crítica em relação ao Programa de Enriquecimento Curricular, transmitindo essa opinião em reuniões com a Coordenadora Educativa da área de Aveiro, com a DREC, quer com a Ministra através da ANMP. Este programa é uma confusão porque tem problemas de estruturação fundamentais. No entanto, o Estado sabe onde estão as insuficiências, as dificuldades, as deficiências, e que apesar disso se está a fazer um trabalho de forma a gerir o melhor possível, obtendo um balanço positivo. O balanço negativo tem a ver com o princípio da não universalidade, dando como exemplo de quando era a Câmara Municipal a dar o desporto escolar no Município, 100% das crianças do 1º ciclo tinham desporto escolar e com o Governo a impor este modelo de desporto escolar no enriquecimento curricular, só 50% das nossas crianças é que aderiram ao programa. É de opinião que a música, o inglês, o desporto escolar, as expressões plásticas e a informática, deveriam pertencer ao plano curricular do 1º ciclo, e não no enriquecimento curricular, onde a adesão das crianças, é de decisão voluntária dos seus pais. Assim, é a posição da ANMP sensibilizar o Governo para perceber, que tendo aspectos positivos o programa, tem de facto uma gravidade de não permitir a universalidade do acesso das crianças, com problemas que ficam a seguir para o 2º ciclo, nomeadamente na formação desportiva, na formação na área da música, e na formação na área do Inglês. Por isso, diz que não é a capacidade da Câmara que está em causa, mas sim o desenho e a estrutura do próprio programa que está errado. -----

Em relação à Comissão de Trânsito, informa que já aprovou as reformulações de trânsito da Gafanha do Carmo, Gafanha da Encarnação e Gafanha da Gafanha da Nazaré, encontrando-se a fechar o plano respeitante à Freguesia de São Salvador. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS

JOSÉ LOUREIRO: Solicita que fique em acta as intervenções relacionadas com a proposta por si apresentada e não votada pela Assembleia. -----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão da ordem do Dia, perguntou ao público presente na galeria do Salão Nobre, se estava interessado em intervir, tendo apenas Horácio Manuel da Conceição Melo, residente em Ílhavo, manifestado tal desejo, pelo que lhe foi dada a palavra de imediato: -----

HORÁCIO MELO: Começa por agradecer à Câmara Municipal de Ílhavo por ter homenageado o seu querido amigo João Carvalho dos Santos, que tanto fez pela freguesia, atribuindo o seu nome a uma rua. - Pergunta qual é a opinião do Presidente da Câmara relativamente ao abate de árvores que foi feito na Sr.ª dos Campos, bem como o estado em que deixaram o pinhal. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder: -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Agradece o seu gesto perante a decisão de a Câmara homenagear o João de Carvalho, atribuindo o seu nome a um arruamento num sítio digno, próximo da Biblioteca Municipal. Quanto à questão da Senhora dos Campos, refere que o sucedido foi mau, em que levaram os troncos e deixaram a ramada, mas o que vai acontecer é péssimo e inacreditável, como é que entidades do Ministério da Agricultura estão a gerir como já o fizeram, questiona como vão fazer proximamente na mancha florestal, a Colónia Agrícola ou Senhora dos Campos, e também parte da zona da Mata Nacional localizada imediatamente a Sul da Estrada da Mota. -----

Informa que tem havido uma luta sem sucesso para que a operação de abate seja sucedida por uma operação de reflorestação, porque é inaceitável o corte do coberto florestal da Mata Nacional, o corte do Coberto Florestal da Senhora dos Campos/Colónia Agrícola sem uma operação sucedânea de reflorestação. -----

Após devido esclarecimento e não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas 00 horas e 55 minutos. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Dinis Gandarinho, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 05/04/07.